

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – SEGURIDADE SOCIAL	1
1 Origem e evolução legislativa da Previdência Social.....	1
1.1 Lei Eloy Chaves e as Caixas de Aposentadorias e Pensões	1
1.2 Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs)	2
1.3 Funrural	3
1.4 Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).....	3
1.5 Novos benefícios previdenciários.....	4
1.6 Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS).....	4
1.7 Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.....	4
1.8 Vinculação Ministerial da Previdência Social.....	5
1.9 Leis básicas da Previdência Social	5
1.10 Arrecadação e fiscalização das contribuições previdenciárias	6
1.11 A Previdência Social nas Constituições Federais.....	6
1.12 Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.....	10
1.13 Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – FUNPRESP	10
2 Conceituação	11
2.1 Saúde.....	12
2.2 Assistência Social.....	12
2.3 Previdência Social.....	12
2.3.1 Regime Geral de Previdência Social	13
2.3.2 Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos e militares	13
2.3.3 Previdência Complementar	16
3 Princípios constitucionais da Seguridade Social	18
3.1 Universalidade da cobertura e do atendimento (CF, art. 194, parágrafo único, I)	18
3.2 Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços entre as populações urbanas e rurais (CF, art. 194, parágrafo único, II).....	18
3.3 Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços (CF, art. 194, parágrafo único, III)	19

3.4	Irredutibilidade do valor dos benefícios (CF, art. 194, parágrafo único, IV)	19
3.5	Equidade na forma de participação no custeio (CF, art. 194, parágrafo único, V).....	23
3.6	Diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social (CF, art. 194, parágrafo único, VI)	24
3.7	Caráter democrático e descentralizado da administração – gestão quadripartite (CF, art. 194, parágrafo único, VII)	26
3.8	Preexistência do custeio em relação ao benefício ou serviço (CF, art. 195, § 5º).....	26
3.9	Anterioridade nonagesimal (CF, art. 195, § 6º)	26
3.10	Solidariedade (CF, art. 3º, I, e <i>caput</i> do art. 195).....	27
4	Dispositivos constitucionais referentes à Previdência Social	28
4.1	Caráter contributivo.....	28
4.2	Filiação obrigatória.....	28
4.3	Equilíbrio financeiro e atuarial	28
4.4	Garantia do benefício mínimo	29
4.5	Atualização monetária dos salários de contribuição.....	29
4.6	Preservação do valor real dos benefícios.....	29
4.7	Contagem recíproca do tempo de contribuição	30
4.8	Proibição de critérios diferenciados para concessão de aposentadoria	31
4.9	Sistema especial de inclusão previdenciária	32
4.10	Previdência Complementar facultativa	32
5	Organização da Seguridade Social.....	33
5.1	Conselho Nacional de Previdência – CNP	33
5.1.1	Composição do CNP	33
5.1.2	Competência do CNP	34
5.1.3	Competência dos órgãos governamentais	34
5.1.4	Publicidade das resoluções.....	34
5.1.5	Reuniões do CNP	34
5.1.6	Estabilidade no emprego dos representantes dos trabalhadores.....	35
5.2	Conselhos de Previdência Social – CPS	35
5.2.1	Composição.....	35
5.3	Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS.....	35
	<i>Exercícios de Fixação</i>	37

CAPÍTULO 2 – LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	49
1 Lei e legislação.....	49
2 Fontes	49
3 Autonomia.....	52
4 Aplicação.....	52
5 Vigência.....	54
6 Hierarquia.....	55
7 Interpretação	56
8 Integração	57
8.1 Analogia.....	57
8.2 Princípios gerais da Seguridade Social.....	57
8.3 Princípios gerais do Direito.....	57
8.4 Equidade.....	57
<i>Exercícios de Fixação</i>	<i>58</i>
CAPÍTULO 3 – REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	61
1 Introdução	61
2 Beneficiários do Regime Geral de Previdência Social	61
2.1 Segurados obrigatórios.....	62
2.1.1 Segurado empregado.....	63
2.1.2 Segurado empregado doméstico	73
2.1.3 Segurado trabalhador avulso	75
2.1.4 Segurado especial.....	77
2.1.4.1 Regime de economia familiar	78
2.1.4.2 Local da residência do segurado especial	78
2.1.4.3 Produtor rural.....	78
2.1.4.4 Pescador artesanal	80
2.1.4.5 Cônjuge, companheiro e filho maior de 16 anos de idade.....	81
2.1.4.6 Não descaracterização da condição de segurado especial	82
2.1.4.7 Membro do grupo familiar que possui outra fonte de rendimento	82
2.1.4.8 Data da exclusão do segurado especial	84
2.1.4.9 Comprovação da atividade rural ..	84
2.1.5 Segurado contribuinte individual.....	86
2.1.6 Situações específicas	98
2.1.6.1 Dirigente sindical.....	99
2.1.6.2 Aposentado que volta a trabalhar	99

	2.1.6.3	Trabalhador que exerce mais de uma atividade.....	99
	2.1.6.4	Enquadramento realizado pela fiscalização	99
2.2		Segurado facultativo.....	100
2.3		Dependentes	101
	2.3.1	Cônjuge.....	102
	2.3.2	Companheira e companheiro	102
	2.3.3	Companheiros homossexuais.....	104
	2.3.4	Filhos.....	105
	2.3.5	Equiparados a filhos.....	106
	2.3.6	Os pais	107
	2.3.7	Irmãos	107
3		Filiação do segurado.....	107
4		Inscrição do segurado	108
5		Inscrição do dependente.....	110
	5.1	Comprovação do vínculo e da dependência econômica.....	110
6		Trabalhadores excluídos do RGPS.....	111
		<i>Exercícios de Fixação</i>	112

CAPÍTULO 4 – MANUTENÇÃO E PERDA DAS QUALIDADES DE SEGURADO E DE DEPENDENTE			125
1		Manutenção da qualidade de segurado	125
2		Direitos preservados durante o período de graça.....	127
3		Perda da qualidade de segurado	128
	3.1	Efeitos da perda da qualidade de segurado	128
4		Contribuinte individual em débito com a Previdência.....	129
5		Perda da qualidade de dependente.....	131
		<i>Exercícios de Fixação</i>	135

CAPÍTULO 5 – PRESTAÇÕES DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL			139
1		Conceitos introdutórios	140
	1.1	Carência.....	141
		1.1.1 Contagem do período de carência	141
		1.1.2 Contagem da carência para o segurado especial.....	143
		1.1.3 Benefícios sujeitos a carência	145
		1.1.4 Perda da qualidade de segurado.....	146
	1.2	Salário de benefício (SB)	147
		1.2.1 Cálculo do salário de benefício.....	148

1.2.2	Salário de benefício do segurado que contribuir em razão de atividades concomitantes	151
1.3	Limites da renda mensal do benefício	151
1.3.1	Reajustamento do teto do RGPS	152
1.3.2	Revisão do teto do RGPS nas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003.....	152
1.4	Reajustamento do valor do benefício	153
1.5	Data de pagamento dos benefícios.....	155
1.6	Acidente do trabalho.....	156
1.6.1	Hipóteses equiparadas a acidente do trabalho.	156
1.6.2	Nexo técnico epidemiológico.....	157
1.6.3	Comunicação do Acidente de Trabalho – CAT	158
1.6.4	Dia do acidente	158
1.6.5	Estabilidade no emprego	158
2	Benefícios do RGPS.....	159
2.1	Aposentadoria por incapacidade permanente	159
2.1.1	Verificação da incapacidade.....	159
2.1.2	Doença preexistente.....	160
2.1.3	Beneficiários.....	160
2.1.4	Carência	161
2.1.5	Renda mensal inicial.....	161
2.1.5.1	Acréscimo de 25%.....	162
2.1.6	Data de início da aposentadoria por incapacidade permanente.....	163
2.1.7	Cessação do benefício.....	164
2.1.8	Situação trabalhista do empregado.....	165
2.2	Aposentadoria programada.....	166
2.2.1	Aposentadoria programada do professor	167
2.2.2	Beneficiários.....	168
2.2.3	Carência	168
2.2.4	Renda mensal inicial.....	168
2.2.5	Data do início do benefício.....	169
2.2.6	Data da cessação do benefício	169
2.3	Aposentadorias com adoção de requisitos ou critérios diferenciados.....	170
2.3.1	Aposentadoria da pessoa com deficiência.....	170
2.3.1.1	Beneficiários.....	172
2.3.1.2	Carência.....	172
2.3.1.3	Renda Mensal Inicial	172
2.3.2	Aposentadoria especial.....	174

	2.3.2.1	Comprovação da exposição.....	175
	2.3.2.2	Agentes prejudiciais à saúde.....	176
	2.3.2.3	Conversão de tempo especial em tempo comum.....	179
	2.3.2.4	Impossibilidade de conversão de tempo comum para especial.....	179
	2.3.2.5	Beneficiários.....	179
	2.3.2.6	Carência.....	180
	2.3.2.7	Renda mensal inicial.....	180
	2.3.2.8	Aposentado que permanece em atividade ou que a ela retorna.....	180
	2.3.2.9	Data de início do benefício.....	180
	2.3.2.10	Cessação do benefício.....	181
2.4		Aposentadoria por idade do trabalhador rural.....	182
	2.4.1	Beneficiários.....	182
	2.4.2	Carência.....	182
	2.4.3	Renda mensal inicial.....	182
2.5		Aposentadoria compulsória dos empregados das estatais.....	183
2.6		Regras de transi�o para as aposentadorias do RGPS.....	183
	2.6.1	Regra de transi�o do art. 15 da EC 103/2019	184
	2.6.2	Regra de transi�o do art. 16 da EC 103/2019	186
	2.6.3	Regra de transi�o do art. 17 da EC 103/2019	188
	2.6.4	Regra de transi�o do art. 18 da EC 103/2019	191
	2.6.5	Regra de transi�o do art. 20 da EC 103/2019	192
	2.6.6	Regra de transi�o do art. 21 da EC 103/2019	193
2.7		Auxílio por incapacidade temporária.....	195
	2.7.1	Requerimento.....	195
	2.7.2	Verifica�o da incapacidade.....	195
	2.7.3	Doença preexistente.....	196
	2.7.4	Segurado recluso em regime fechado.....	196
	2.7.5	Segurado que exerce mais de uma atividade ...	196
	2.7.6	Beneficiários.....	196
	2.7.7	Carência.....	197
	2.7.8	Renda mensal inicial.....	197
	2.7.9	Data de início do benefício.....	198
	2.7.10	Cessa�o do benefício.....	199
	2.7.11	Prazo estimado para a dura�o do benefício...	199
	2.7.12	Situa�o trabalhista do empregado.....	200
2.8		Auxílio-acidente.....	201
	2.8.1	Situa�o que d�o direito ao auxílio-acidente..	202

2.8.2	Situações que não dão direito ao auxílio-acidente	204
2.8.3	Perda da audição.....	204
2.8.4	Beneficiários.....	205
2.8.5	Acumulação.....	205
2.8.6	Carência	206
2.8.7	Renda mensal inicial.....	206
2.8.8	Data de início do benefício	206
2.8.9	Cessaçao do benefício.....	207
2.9	Salário-família.....	207
2.9.1	Beneficiários.....	208
2.9.2	Carência	208
2.9.3	Renda mensal do benefício.....	208
2.9.4	Pagamento do salário-família	209
2.9.5	Data de início do benefício	210
2.9.6	Suspensao do benefício.....	211
2.9.7	Cessaçao do benefício.....	211
2.10	Salário-maternidade.....	212
2.10.1	Parto	212
2.10.2	Aborto não criminoso.....	213
2.10.3	Adoção de criança	213
2.10.4	Beneficiários.....	214
2.10.5	Situação da desempregada.....	215
2.10.6	Carência	215
2.10.7	Renda mensal do benefício.....	216
2.10.8	Pagamento do salário-maternidade.....	217
2.10.9	Incidência de contribuição previdenciária	218
2.10.10	Requerimento do benefício.....	219
2.10.11	Acumulação.....	219
2.10.12	Período de duração	219
2.10.13	Programa Empresa Cidadã	220
2.10.14	Suspensao do benefício.....	220
2.10.15	Cessaçao do benefício.....	221
2.10.16	Óbito do beneficiário	221
2.11	Pensão por morte.....	222
2.11.1	Morte presumida.....	223
2.11.2	Beneficiários.....	224
2.11.3	Óbito ocorrido após a perda da qualidade de segurado.....	228
2.11.4	Carência	229

	2.11.5	Renda mensal inicial.....	229
	2.11.6	Cessação do pagamento da cota individual.....	231
	2.11.7	Suspensão provisória do pagamento da cota individual.....	232
	2.11.8	Cessação do benefício.....	232
2.12		Auxílio-reclusão.....	233
	2.12.1	Beneficiários.....	235
	2.12.2	Carência.....	235
	2.12.3	Requerimento do benefício.....	235
	2.12.4	óbito do segurado recluso.....	235
	2.12.5	Renda mensal inicial.....	236
	2.12.6	Data de início do benefício.....	236
	2.12.7	Suspensão do benefício.....	236
	2.12.8	Cessação do pagamento da cota individual.....	237
	2.12.9	Cessação do benefício.....	237
2.13		Abono anual.....	238
	2.13.1	Forma de cáculo.....	239
	2.13.2	Quando � pago.....	239
3		Serviços do RGPS.....	239
	3.1	Habilita�o e reabilita�o profissional.....	239
	3.1.1	Beneficiários.....	239
	3.1.2	Carência.....	240
	3.1.3	Processo de habilita�o e reabilita�o profissional.....	240
		3.1.3.1 Fornecimento de equipamentos....	240
		3.1.3.2 Programa�o profissional.....	240
		3.1.3.3 Conclusão do processo.....	241
	3.1.4	Obriga�o das empresas.....	241
	3.2	Serviço Social.....	241
4		Acumula�o de benefícios.....	242
5		Aposentado que permanece em atividade ou que a ela retorna.....	244
6		Aposentadoria como causa da extin�o da rela�o de trabalho dos ocupantes de cargo, emprego ou fun�o pública.....	244
7		Valores que podem ser descontados dos benefícios.....	245
8		Recebimento de benefício por meio de procura�o.....	247
9		Benefício devido a beneficiário civilmente incapaz.....	247
10		Desaposenta�o.....	248
11		Programa permanente de revisão dos benefícios.....	249
12		Comprova�o de vida.....	250
13		Contagem recíproca de tempo de contribui�o.....	251

14	Período de atividade do contribuinte individual alcançado pela decadência.....	253
15	Comprovação do tempo de contribuição	253
	<i>Exercícios de Fixação</i>	254
CAPÍTULO 6 – EMPRESA E EMPREGADOR DOMÉSTICO: CONCEITO PREVIDENCIÁRIO.....		273
1	Empresa.....	273
1.1	Equiparados a empresa.....	274
2	Empregador doméstico	275
	<i>Exercícios de Fixação</i>	275
CAPÍTULO 7 – FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....		277
1	Contribuição da União.....	278
2	Receitas das contribuições sociais.....	279
2.1	Natureza jurídica das contribuições sociais.....	279
2.2	Competência para instituição das contribuições sociais.....	282
2.3	Contribuições sociais previdenciárias	282
2.3.1	Contribuição previdenciária do segurado	282
2.3.1.1	Contribuição do empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso	283
2.3.1.2	Contribuição do contribuinte individual.....	285
2.3.1.3	Contribuição do segurado especial	292
2.3.1.4	Contribuição do segurado facultativo.....	296
2.3.1.5	Arrecadação e recolhimento das contribuições dos segurados.....	297
2.3.2	Contribuição previdenciária da empresa.....	298
2.3.2.1	Contribuição da empresa sobre a remuneração de empregados e trabalhadores avulsos.....	299
2.3.2.2	Contribuição da empresa sobre a remuneração de contribuintes individuais.....	301
2.3.2.3	Contribuição da empresa para o RAT (antigo SAT).....	302
2.3.2.4	Contribuição adicional ao RAT para o custeio da aposentadoria especial	304

	2.3.2.5	Instituições financeiras	305
	2.3.2.6	Desoneração da folha de pagamento.....	306
	2.3.2.7	Contribuição da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional.....	308
	2.3.2.8	Contribuição da agroindústria.....	309
	2.3.2.9	Contribuição do produtor rural pessoa jurídica.....	310
	2.3.2.10	Contribuição do empregador rural pessoa física.....	311
	2.3.2.11	Contribuição da empresa optante pelo Simples Nacional	312
	2.3.2.12	Contribuição patronal do microempreendedor individual.....	313
	2.3.2.13	Entidade beneficente de assistência social que atenda às exigências estabelecidas em lei.....	313
	2.3.2.14	Resumo das contribuições previdenciárias patronais.....	314
	2.3.2.15	Contribuição da empresa para outras entidades e fundos (terceiros)	317
	2.3.3	Contribuição previdenciária do empregador doméstico	317
	2.3.4	Contribuição previdenciária decorrente de ação trabalhista.....	318
2.4		Contribuições sociais não previdenciárias.....	320
	2.4.1	Cofins	320
	2.4.2	CSLL.....	321
	2.4.3	PIS/PASEP	321
	2.4.4	PIS/PASEP-Importação e COFINS-Importação.....	322
	2.4.5	Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos.....	322
2.5		Desvinculação das Receitas da União (DRU)	323
3		Receitas de outras fontes	323
4		Salário de contribuição	324
	4.1	Conceito de salário de contribuição.....	325
	4.2	Parcelas integrantes e não integrantes do salário de contribuição	326
	4.2.1	Parcelas integrantes do salário de contribuição.....	327

	4.2.2	Parcelas não integrantes do salário de contribuição.....	339
	4.3	Proporcionalidade.....	354
5		Obrigações da empresa e dos demais contribuintes	354
	5.1	Obrigações da empresa.....	354
	5.2	Obrigações dos demais contribuintes.....	355
6		Prazo de recolhimento	357
7		Recolhimento fora do prazo: juros e multa.....	358
	7.1	Juros de mora.....	358
	7.2	Multa de mora	358
	7.3	Multas de lançamento de ofício.....	360
	7.3.1	Agravamento da multa de ofício	360
	7.3.2	Redução da multa de ofício.....	360
		<i>Exercícios de Fixação</i>	361
CAPÍTULO 8 – RETENÇÃO E RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA			375
1		Retenção de 11%.....	375
	1.1	Procedimento da retenção	376
	1.2	Hipóteses de incidência da retenção.....	377
	1.3	Empresa optante pelo Simples Nacional.....	378
	1.4	Cooperativa de trabalho.....	379
	1.5	Empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	379
	1.6	Administração pública direta, autárquica e fundacional	379
	1.7	Jurisprudência a respeito da retenção de 11%	379
2		Responsabilidade solidária.....	380
	2.1	Responsabilidade solidária na construção civil.....	381
	2.1.1	A responsabilidade solidária na construção civil será elidida	382
	2.2	Empresas que integram grupo econômico.....	383
	2.3	Produtores rurais integrantes de consórcio simplificado.....	383
	2.4	Operador portuário e OGMO.....	383
	2.5	Administradores públicos.....	384
	2.6	Ato praticado sem apresentação da CND.....	384
	2.7	Empresas integrantes de consórcio constituído nos termos dos art. 278 e art. 279 da Lei 6.404/76.....	384
	2.8	Situações nas quais não há responsabilidade solidária.....	384
3		Responsabilidade dos administradores de pessoas jurídicas de direito privado	385
		<i>Exercícios de Fixação</i>	386

CAPÍTULO 9 – OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.....	391
1 GFIP.....	392
2 Folha de pagamento	394
3 Contabilidade.....	395
4 Matrícula da empresa.....	396
5 Matrícula de obra de construção civil	397
6 Matrícula do produtor rural pessoa física e do segurado especial ...	397
7 Obrigações acessórias específicas.....	397
7.1 Dos municípios.....	397
7.2 Das instituições financeiras.....	397
7.3 Dos cartórios de registro civil e de pessoas naturais.....	398
7.4 Órgãos públicos, autarquias, fundações e empresas públicas.	398
7.5 Segurado especial	398
8 Prazo de arquivamento de documentos	399
<i>Exercícios de Fixação</i>	<i>399</i>
CAPÍTULO 10 – COMPETÊNCIA PARA ARRECADAR, FISCALIZAR E COBRAR.....	403
1 Competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil.....	403
2 Competência do INSS.....	403
3 Exame da contabilidade.....	403
<i>Exercícios de Fixação</i>	<i>404</i>
CAPÍTULO 11 – CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO...	407
1 Lançamento por homologação	407
2 Confissão de dívida tributária	408
2.1 GFIP.....	409
2.2 Lançamento de débito confessado	409
3 Lançamento de ofício.....	410
3.1 Auto de Infração.....	410
3.2 Notificação de Lançamento	411
<i>Exercícios de Fixação</i>	<i>411</i>
CAPÍTULO 12 – PARCELAMENTO	415
1 Condições para formalização do parcelamento.....	415
2 Prestações mensais acrescidas de juros.....	415
3 Contribuições que não podem ser objeto de parcelamento	416
4 Reparcimento.....	416
5 Rescisão do parcelamento.....	416

6	Parcelamentos concedidos a Estados, Distrito Federal ou Municípios.....	417
	<i>Exercícios de Fixação</i>	417
CAPÍTULO 13 – COMPENSAÇÃO, RESTITUIÇÃO E REEMBOLSO ...		421
1	Compensação	421
1.1	Compensação de valores referentes à retenção de contribuições previdenciárias na cessão de mão de obra e na empreitada ..	421
1.2	Compensação de contribuições previdenciárias com outros tributos federais.....	422
1.3	Compensação de ofício.....	423
2	Restituição	423
2.1	Restituição de valores referentes à retenção de contribuições previdenciárias na cessão de mão de obra e na empreitada ..	424
2.2	Restituição de contribuições para terceiros (SESC, SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE etc.)	424
3	Acréscimo de juros	424
4	Reembolso	425
5	Discussão administrativa	425
	<i>Exercícios de Fixação</i>	426
CAPÍTULO 14 – DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO		429
1	Distinção entre decadência e prescrição.....	429
2	Decadência e prescrição no custeio previdenciário.....	429
2.1	Decadência em relação às contribuições previdenciárias	430
2.2	Período de atividade do contribuinte individual alcançado pela decadência	434
2.3	Prescrição em relação às contribuições previdenciárias.....	434
2.4	Prescrição na restituição e compensação de contribuições.....	438
3	Decadência e prescrição em matéria de benefícios.....	439
3.1	Decadência	439
3.2	Prescrição.....	440
3.3	Acidente do trabalho.....	440
3.4	Anulação de ato administrativo relativo à concessão de benefício	441
	<i>Exercícios de Fixação</i>	442
CAPÍTULO 15 – ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES.....		445
1	Isenção ou imunidade?	445
2	Exigências estabelecidas em lei.....	446

3	Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social	447
3.1	Certificação de entidade de saúde	448
3.2	Certificação de entidade de educação.....	448
3.3	Certificação de entidade de assistência social.....	449
3.4	Competência para concessão da certificação.....	450
3.5	Cancelamento da certificação.....	451
4	Requisitos para a concessão da isenção.....	451
5	Contribuições isentas.....	452
6	Suspensão do direito à isenção.....	453
	<i>Exercícios de Fixação</i>	453
CAPÍTULO 16 – PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO		457
1	Competência para a emissão	457
2	Exigência da CND ou da CPD-EN	458
2.1	Da empresa	458
2.2	Do proprietário de obra de construção civil	459
2.3	Do incorporador.....	460
3	Prazo de validade.....	460
4	Verificação da autenticidade.....	461
5	Possibilidades de emissão da CND e da CPD-EN	461
6	Falta de apresentação de GFIP	462
7	Divergência entre os valores declarados na GFIP e os efetivamente recolhidos.....	462
8	Estados, Distrito Federal e municípios	462
9	Ato praticado sem apresentação da CND	463
	<i>Exercícios de Fixação</i>	463
CAPÍTULO 17 – CRIMES CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL		467
1	Apropriação indébita previdenciária.....	467
1.1	Conduta típica.....	468
1.2	Desnecessidade do ânimo de apropriação para a configuração do delito.....	470
1.3	Bem jurídico tutelado.....	471
1.4	Sujeitos ativo e passivo.....	471
1.5	Pena.....	471
1.6	Extinção da punibilidade.....	471
1.7	Perdão judicial ou aplicação exclusiva da pena de multa	473
1.8	Ação penal.....	474
1.9	Aplicação do princípio da insignificância.....	475
2	Sonegação de contribuição previdenciária	475

2.1	Conduta típica.....	475
2.2	Pena.....	476
2.3	Extinção da punibilidade.....	476
2.4	Ação penal.....	477
2.5	Bem jurídico tutelado e sujeitos ativo e passivo.....	478
3	Falsificação de documento público.....	478
4	Outros crimes.....	479
5	Regras gerais.....	479
6	Restrições.....	479
7	Apreensão de documentos.....	480
	<i>Exercícios de Fixação.....</i>	<i>480</i>
CAPÍTULO 18 – INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA...		485
1	Valores das multas.....	485
1.1	Infrações relacionadas à GFIP.....	487
1.2	Falta de inscrição de segurado.....	488
1.3	Falta de comunicação de acidente de trabalho.....	488
1.4	Infrações relacionadas à GPS.....	490
1.5	Órgão gestor de mão de obra.....	490
1.6	Demais infrações.....	491
2	Circunstâncias agravantes da penalidade.....	491
3	Gradação das multas.....	491
4	Auto de Infração – AI.....	492
	<i>Exercícios de Fixação.....</i>	<i>492</i>
CAPÍTULO 19 – RECURSOS DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS ...		495
1	Processo relativo ao custeio previdenciário.....	495
1.1	Competência para julgar o processo.....	495
1.2	Impugnação.....	496
1.3	Recurso dirigido ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.....	497
1.3.1	Recurso voluntário.....	497
1.3.2	Recurso de ofício.....	497
1.4	Recurso dirigido à Câmara Superior de Recursos Fiscais.....	498
1.5	Esquema gráfico do processo administrativo fiscal.....	498
2	Processo relativo aos benefícios previdenciários.....	499
2.1	Instâncias recursais.....	499
2.2	Efeito dos recursos.....	500
3	Renúncia à instância administrativa.....	500
	<i>Exercícios de Fixação.....</i>	<i>500</i>

CAPÍTULO 20 – DÍVIDA ATIVA: INSCRIÇÃO E EXECUÇÃO JUDICIAL..	503
1 Inscrição.....	503
2 Prerrogativas do crédito previdenciário.....	503
3 Requisitos da Lei de Execução Fiscal.....	504
4 Protesto de título.....	504
5 Indicação de bens à penhora.....	504
6 Leilão judicial de bens penhorados.....	505
7 Parcelamento do valor da arrematação.....	505
8 Adjudicação do bem penhorado.....	506
9 Concordância com valores divergentes.....	506
<i>Exercícios de Fixação.....</i>	<i>506</i>
CAPÍTULO 21 – ESTRUTURA DO INSS.....	509
1 Estrutura organizacional.....	509
2 Direção e nomeação.....	509
<i>Exercícios de Fixação.....</i>	<i>510</i>
CAPÍTULO 22 – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	513
1 Beneficiários do RPPS.....	513
2 Custeio do RPPS.....	514
2.1 Contribuição dos servidores ativos.....	515
2.2 Contribuição de aposentados e pensionistas.....	519
2.3 Contribuição do ente federativo.....	520
3 Aposentadorias do RPPS.....	520
3.1 Base de cálculo dos proventos de aposentadoria.....	521
3.2 Aposentadoria voluntária.....	522
3.3 Aposentadoria por incapacidade permanente.....	522
3.4 Aposentadoria compulsória.....	523
3.5 Aposentadorias com requisitos ou critérios diferenciados.....	524
3.5.1 Aposentadoria do professor.....	524
3.5.2 Aposentadoria de servidores com deficiência..	525
3.5.3 Aposentadoria dos policiais.....	526
3.5.4 Aposentadoria de servidores expostos a agentes prejudiciais à saúde.....	527
4 Regras de transição para servidores ingressos até a data de entrada em vigor da EC 103/2019.....	527
4.1 Regra do art. 4º da EC 103/2019.....	527
4.2 Regra do art. 20 da EC 103/2019.....	529
4.3 Professores ingressos até a data de entrada em vigor da EC 103/2019.....	530

4.4	Policiais ingressos até a data de entrada em vigor da EC 103/2019.....	531
4.5	Servidores expostos a agentes prejudiciais à saúde ingressos até a data de entrada em vigor da EC 103/2019.....	532
5	Acumulação de aposentadorias do RPPS.....	533
6	Pensão por morte do RPPS.....	534
7	Acumulação de mais de uma pensão por morte e de aposentadoria com pensão por morte.....	535
8	Benefício especial para os servidores federais que aderirem à Fun-presp	536
9	Reajustamento dos benefícios.....	538
10	Limite máximo dos benefícios do RPPS	538
11	Possibilidade de aplicação de teto equivalente ao do RGPS.....	539
12	Abono de permanência.....	542
13	Um único RPPS por ente federativo	542
14	Proibição de criação de novos regimes próprios	542
15	Normas gerais de organização, funcionamento e responsabilidade na gestão dos regimes próprios.....	543
16	Extinção de RPPS.....	544
17	Aplicação subsidiária dos requisitos do RGPS.....	545
	<i>Exercícios de Fixação</i>	545

CAPÍTULO 23 – PREVIDÊNCIA DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS		549
1	Introdução	549
2	Transferência para a inatividade remunerada.....	550
2.1	Reserva remunerada	550
2.1.1	A pedido.....	550
2.1.2	<i>Ex officio</i>	551
2.2	Reforma.....	552
2.3	Renda mensal dos proventos da inatividade	553
3	Pensão militar	554
3.1	Contribuintes obrigatórios da pensão militar.....	554
3.2	Contribuição para a pensão militar	554
3.3	Beneficiários da pensão militar	555
3.4	Valor da pensão militar	555
3.5	Pensão militar para filhas maiores de 21 anos e capazes.....	556
4	Reajustamento dos benefícios com base na paridade entre ativos e inativos.....	556
5	Contribuição para a assistência médico-hospitalar e social do militar....	556
	<i>Exercícios de Fixação</i>	556

CAPÍTULO 24 – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	559
1 Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.....	560
1.1 Entidades fechadas criadas por patrocinador.....	561
1.2 Entidades fechadas criadas por instituidor.....	561
1.2.1 Órgãos regulador e fiscalizador.....	562
1.2.2 Estrutura mínima para o funcionamento	562
1.2.3 Custeio das entidades fechadas	562
1.2.3.1 Regimes financeiros.....	563
1.2.3.2 Contribuições normais e extraor- dinárias	563
1.2.3.3 Resultado superavitário	563
1.2.3.4 Resultado deficitário	564
1.2.3.5 Demonstrações contábeis e avalia- ções atuariais	564
2 Entidades Abertas de Previdência Complementar – EAPC	564
3 Beneficiários dos planos de previdência complementar	565
4 Planos de benefícios	566
4.1 Planos de benefícios de entidades fechadas.....	566
4.1.1 Benefício proporcional diferido – <i>Vesting</i>	567
4.1.2 Portabilidade.....	567
4.1.3 Resgate	568
4.1.4 Autopatrocínio.....	569
4.2 Planos de benefícios de entidades abertas.....	569
4.2.1 Planos individuais.....	570
4.2.2 Planos coletivos.....	570
4.2.3 Resgate e portabilidade nas entidades abertas .	570
5 Previdência Complementar dos servidores públicos.....	571
5.1 Fixação do teto do RGPS para aposentadorias e pensões do RPPS.....	572
5.2 Instituição do regime.....	572
5.3 Forma de constituição da entidade	573
5.4 Modalidade dos planos de benefícios.....	573
5.5 Base de cálculo da contribuição do participante.....	573
5.6 Contribuição do patrocinador	574
5.7 Funpresp	574
<i>Exercícios de Fixação</i>	576
CAPÍTULO 25 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	579
1 Conceito	579
2 Objetivos.....	580
2.1 Proteção social.....	580

2.2	Vigilância socioassistencial.....	581
2.3	Defesa de direitos.....	581
3	Integração às políticas setoriais.....	582
4	Princípios.....	582
5	Diretrizes.....	583
6	Organização e gestão.....	584
6.1	Sistema Único de Assistência Social (SUAS).....	584
6.2	Objetivos do SUAS.....	584
6.3	Tipos de proteção.....	586
6.4	CRAS e CREAS.....	587
6.5	Entidades e organizações de assistência social.....	587
6.6	Regulamentação das ações de assistência social.....	588
6.7	Competência da União.....	588
6.8	Competência dos Estados.....	589
6.9	Competência do Distrito Federal e dos Municípios.....	591
6.10	Instâncias deliberativas.....	592
6.10.1	Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).....	593
6.10.2	Competência do CNAS.....	593
7	Benefícios e serviços.....	596
7.1	Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS).....	596
7.1.1	Suspensão do BPC/LOAS.....	599
7.1.2	Suspensão do BPC/LOAS em caráter especial.....	601
7.1.3	Cessação do BPC/LOAS.....	601
7.1.4	Outras informações sobre o BPC/LOAS.....	602
7.2	Benefícios eventuais.....	602
7.3	Programas de assistência social.....	602
7.4	Projetos de enfrentamento da pobreza.....	602
7.5	Serviços.....	603
	<i>Exercícios de Fixação</i>	603
CAPÍTULO 26 – SAÚDE		607
1	Introdução.....	607
2	Princípios e diretrizes.....	607
3	Sistema Único de Saúde (SUS).....	608
3.1	Objetivos e atribuições do SUS.....	608
3.2	Organização, direção e gestão.....	610
4	Serviços privados de saúde.....	611
4.1	Participação complementar da iniciativa privada no SUS.....	611
5	Aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde.....	611
	<i>Exercícios de Fixação</i>	613

CAPÍTULO 27 – COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	615
1 Benefícios previdenciários comuns.....	615
1.1 Reconhecimento de união estável.....	615
1.2 Juizados Especiais Federais.....	616
1.3 Desnecessidade de prévio requerimento administrativo como condição da ação previdenciária.....	616
2 Benefícios acidentários.....	617
3 Benefício de prestação continuada da assistência social.....	619
4 Ação de execução fiscal.....	620
5 Execução de contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho.....	620
6 Mandado de Segurança.....	621
7 Ação Civil Pública.....	622
8 Benefícios da Previdência Complementar.....	622
<i>Exercícios de Fixação</i>	623
CAPÍTULO 28 – SÚMULAS PREVIDENCIÁRIAS.....	625
1 Súmulas do Supremo Tribunal Federal.....	625
2 Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	626
3 Súmulas da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.....	629
<i>Exercícios de Fixação</i>	632
CAPÍTULO 29 – SEGURO-DESEMPREGO DO PESCADOR ARTESANAL.....	635
1 Introdução.....	635
2 Financiamento do benefício.....	636
3 Concessão do benefício.....	636
4 Prazo máximo de duração do benefício.....	636
5 Acumulação com outros benefícios.....	637
6 Cancelamento do benefício.....	637
<i>Exercícios de Fixação</i>	638
GABARITO DOS EXERCÍCIOS.....	639
BIBLIOGRAFIA.....	643